

A IGREJA CATÓLICA NA EVOLUÇÃO URBANA DA ILHA DE SANTA CATARINA

Milton Luz da Conceição*

As dezenas de investigadores que percorrem diariamente os Arquivos, Bibliotecas, e outras bases de dados disponíveis em todo o mundo, o fazem quase sempre movidos por inquietudes intelectuais e pela necessidade de uma constante atualização que uma sociedade globalizada e competitiva exige dos profissionais dos mais diversos setores. Minha experiência pessoal não poderia ser diferente, estes motivos somados a percepção da necessidade de complementar minha formação de “arquiteto e urbanista”, *‘extremamente conectada ao conhecimento ordinário da técnica’* (Bunge, Mario, 1985), me levaram a busca do conhecimento científico.

A percepção da cidade proporcionada pela arquitetura e pelo urbanismo cultuada por nossas escolas e profissionais, se limita a propor ações para resolver problemas materiais da urbe, ou seja, uma rede de esgotos aqui um viaduto acolá etc... Estas propostas se materializam sobre o território através de soluções técnicas e economicamente corretas, gerando, principalmente nas periferias, amargas caricaturas das propostas originais. *“La estabilidad y calidad de las relaciones del habitante con los objetos y con los conciudadanos constituyen factores humanamente más significativos y enriquecedores para la vida humana y urbana”* (Goycoëa Prado, R. 1997, pag.8), dentro desta ótica, a cidade necessita ser percebida por suas qualidades espaciais e sociais que a arquitetura e o urbanismo ortodoxos tentam eliminar em nome da técnica e da eficácia.

Esta percepção cria novos referentes para a definição da especificidade do objeto da teoria urbana, referentes estes que vamos encontrar juntos as ciências sociais e que criam uma difícil separação entre técnica e ciência nos estudos urbanos. A formação técnica do arquiteto e urbanista vai encontrar

* Arquiteto e Urbanista pela UFSC, especialista em Desenvolvimento Urbano pela Escola Superior de Arquitetura da Universidade Politécnica de Madri e Doutorando em Geografia Humana pela Universidade Complutense de Madri.

nas jovens ciências sociais a sua complementação científica. Dentro das variadas opções das ciências sociais é a Geografia Humana a que oferece a maior gama de conhecimentos empíricos a serem somados ao conhecimento real do arquiteto urbanista. A Geografia Humana evoluciona da Geografia tradicional e quantitativa, apresentando novas geografias que dismitem a objetividade e denunciam a ocultação das contradições sociais que originam desigualdades sócio-espaciais dando a Geografia uma visão crítica da realidade complementando cientificamente a percepção do fenômeno urbano. Sob esta nova percepção vemos o espaço urbano como um produto social, reflexo dos conflitos sociais e cenário das contradições do modo de produção. Mesmo correndo o risco de ter esta leitura da cidade considerada por alguns como ‘velhas idéias’ acreditamos útil os estudos capazes de captar os conteúdos políticos do conhecimento científico e das ciências sociais para gerar novas opções transformadoras da realidade dos novos espaços, tentando contrastar com as supostas “novas idéias” que atualmente empobrecem e destroem os velhos espaços.

Assim, reunimos nossos conhecimentos técnicos e científicos para propor a investigação que agora realizamos, e que tem no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina talvez a sua principal fonte de informações primárias, investigação esta que pretende estudar os diversos agentes de geração e transformação urbana na ilha de Santa Catarina dando enfoque especial a Igreja Católica como um de estes agentes. O enfoque teórico que pretendemos dar a investigação vamos buscar em *Soja (1989) “espacializar a narrativa histórica”*, utilizando o que ele mesmo chama de “materialismo histórico e geográfico” numa tríplice dialética do espaço, do tempo, e do ser social, ou seja uma “reteorização transformativa das relações entre História, Geografia e Modernidade” ou como tomamos a *Maria Adelia de Souza “se a história incorporava (ou incorpora) uma Geografia morta, imóvel em sua análise, hoje a Geografia Humana incorpora uma História dinâmica da explicação do mundo contemporâneo”*.

Acreditamos que o estudo dos agentes de transformação urbana devem ser objeto de análise científica tendo em conta que a evolução das grandes cidades não constituem um conjunto de dados aleatórios que se somam por acaso. Segundo Reis Filho (1968), estes dados são na realidade produto de

um processo de origem social, que é o processo de urbanização. Estes diversos agentes interveem neste processo mediante diversas formas de poder.

Esta análise exige um conhecimento do sistema social do Brasil em suas três estruturas: O Estado Colonial, O Estado Imperial, e o Estado Republicano. Exige também uma profundização da história da Igreja Católica no Brasil, através de um trabalho de reconstrução histórica que permita determinar os mecanismos das intervenções ocorridas neste processo de urbanização. Com isto tentamos contribuir ao conhecimento das particularidades da evolução urbana da ilha de Santa Catarina, cujas análises feitas até este momento apontam algumas omissões fundamentais. Uma destas omissões é exatamente não apresentar a instituição Igreja Católica entre os agentes de transformação social e espacial da ilha de Santa Catarina e de seu núcleo central a cidade de Florianópolis apesar dos fortes indícios desta presença, dos quais apresentamos os seguintes pontos:

1) Os estudos existentes quando falam do Estado como agente de transformação urbana nas estruturas do Estado Colonial e do Estado Imperial omitem que a Igreja Católica era parte integrante do Estado e que atuava nos núcleos urbanos em níveis estatais tão diversos como a saúde, a educação, os registros públicos etc... ao mesmo tempo que se consolidava como grande proprietária de fazendas, áreas urbanas, engenhos e negócios de importação e exportação.

2) As investigações nos diversos documentos e nos registros das propriedades disponíveis nos cartórios apontam uma preponderância patrimonial urbana da Igreja Católica, que só por isto já deveria ser investigada como principal agente de transformação urbana.

3) Os tipos de explicações existentes parecem insuficientes para compreender a formação de tão grande patrimônio e suas posteriores mudanças de uso.

4) Os autores que se ocupam da presença da Igreja Católica na ilha de Santa Catarina se preocupam apenas com seu aspecto religioso e doutrinário.

Assim, julgamos que este tema comporta uma investigação mais ampla, e que o material obtido deve ser submetido a um tratamento metodológico, capaz de esclarecer estas questões, sem esquecer de proceder um amplo

levantamento de dados de caráter histórico e geográfico, e uma profundização dos aspectos teóricos.

Evangelizar para dominar as pessoas, urbanizar para dominar o território, sob esta determinação a Igreja Católica chega a ilha de Santa Catarina unida com o Estado Português em função do Patronato Régio que fundia estas duas instituições. Este binômio Igreja/Estado vai dominar o Brasil nas duas primeiras fases da sua história: O Brasil Colonial e o Brasil Imperial. Durante estas duas estruturas a fusão e confusão entre Igreja e Estado faz com que a primeira se aproprie de um grande patrimônio imobiliário além de envolver-se com outras atividades empresariais.

No início da terceira estrutura do Estado Brasileiro, o “Brasil República” a Igreja Católica se separa definitivamente do Estado. Porém sua posição de instituição mais importante do país, por debaixo somente do Estado, já estava consolidada, e isto faz com que consiga manter seus privilégios. Esta etapa coincide com a chamada ‘modernização’ da Igreja Católica que adota a burocracia como forma administrativa (*Serpa, 1997*). A burocracia como forma administrativa muda as relações entre a instituição e a sociedade tomando estas relações impessoais, o que facilita a entrada da Igreja na economia capitalista moderna, atuando como empresa. Mas, vista desde os olhos do povo a Igreja segue sendo uma instituição preocupada com a caridade e os problemas sociais, já que a sabedoria popular sabe bem separar a atuação da Igreja como instituição do clero como indivíduos. Esta separação facilita o nascimento de duas “Igrejas Católicas” no Brasil, uma reacionária e conservadora conectada a atividades empresariais e representada por cardeais perfumados e outra flexível, conectada com os problemas sociais do país e representada por padres e bispos com franca vocação pastoral. Este duplo comportamento cria uma divisão entre alto e baixo clero, apontado por Carlos Fuentes (2000) em seu artigo para o jornal madrienho ‘Ei Pais’ intitulado ‘Ei Papa bueno y el Papa malo’.

Estamos tentando registrar em cada etapa do desenvolvimento urbano da ilha de Santa Catarina a influencia da Igreja Católica, procurando captar as condições concretas através da ação dos agentes transformadores e seus significados neste processo. Nossas investigações nos indicam que não houve urbanização na ilha nos primeiros anos, quando este território foi usado

somente como base territorial de um apoio militarizado de defesa da costa sul do Brasil, com uma única intenção: proteger uma política de colonização baseada em uma economia de extração e exploração de riquezas naturais.

Com a implantação do sistema de “capitanias hereditárias” e o estabelecimento de uma agricultura regular, Portugal inicia uma nova forma de colonização, passando o Brasil a constituir uma retaguarda agrícola para o mercado europeu. A este mercado enviava produtos agrícolas de baixo preço e em troca recebia produtos manufaturados. Este comércio entre Brasil e Europa, significa a transferência ao exterior dos efeitos dinâmicos desta agricultura sobre a economia local, efeitos estes que são principalmente: o aumento da oferta e da procura, e o aumento do índice de urbanização. Assim Brasil se transformou em uma grande unidade agrícola dedicada ao monocultivo e movida a trabalho escravo. Os grandes lucros gerados por este sistema atraíam todos os capitais disponíveis. Os grandes fazendeiros eram vistos como ‘*os portugueses no Brasil*’, e viam nossos núcleos urbanos com vínculos na estrutura européia, freqüentavam estes núcleos só esporadicamente com o único objetivo de manter a coesão local. Neste contexto começa a atuação da Igreja Católica como empresa no Brasil. Sua condição de grande proprietária de terras e capital, faz com que assuma desde logo a posição de líder neste sistema econômico, tanto na exportação de produtos agrícolas como no tráfico de escravos africanos. A expansão deste sistema vai levar a ocupação da ilha de Santa Catarina com imigrantes açorianos e madeirenses na metade do século XVI. Porém, a grande demanda e a acumulação de riquezas não implica em qualquer transformação qualitativa, ou qualquer mudança de caráter estrutural. Assim, quando o mercado internacional começa a tomar-se desfavorável, o sistema não se desorganiza, mas sim começa uma lenta decadência.

A imigração açoriana e madeirense é que começa de fato a urbanização na ilha de Santa Catarina. Este processo está baseado no modelo de colonização/evangelização da Igreja/Estado que marca desde os primeiros dias a presença da Igreja e seus reflexos sobre o território. Assim, a Igreja e sua relação com as atividades econômicas se incorporam despercebidamente com grande facilidade a cultura local. A população encara esta relação com grande naturalidade, visto que a participação da Igreja em diversos setores

da economia tem a convivência da sociedade como um todo separando o aspecto 'religioso' e 'doutrinário' das atividades empresariais como se fossem duas coisas completamente distintas sem nenhuma conexão.

O importante papel desta instituição como agente de transformação no território em estudo ganha um aspecto mais polemico quando verificamos que sua preponderância patrimonial, principalmente no setor imobiliário, tem origem pública e estava destinada ao uso público. Baseamos esta afirmação no seguinte raciocínio;

1) Como já visto Igreja e Estado repartiram muito tempo às funções públicas, ficando nas mãos da Igreja as Áreas de Saúde, educação e registros públicos. Estas funções tinham um reflexo sobre o território, materializado nos espaços físicos utilizados para estas atividades. Com a separação da Igreja do Estado, esta fica com todo este patrimônio público.

2) A Igreja adquire grande patrimônio com as esmolas e doações da população. Essas esmolas e doações eram sempre solicitadas a população e aos órgãos públicos sob o pretexto de "solidariedade e caridade" e sua concessão estava vinculada a causas sociais e para uso público.

Porem a transformação do regime jurídico destas propriedades que passam de estatal e pública para liberal, privada e individual é também imprescindível para a transformação da sociedade em uma sociedade de classes, dando a Igreja total autonomia sobre a gestão de seus bens.

Esta participação da Igreja na evolução urbana da ilha, como grande proprietária de solo urbano, é marcada pelos planos urbanísticos da administração pública. Estes planos se baseiam nas teorias do movimento moderno e da cidade funcional dos anos cinquenta, suas propostas são de um urbanismo neo-conservador que estabelece um pacto entre a administração pública e os interesses privados, a primeira gerenciando e ordenando a cidade e os segundos controlando e beneficiando-se dos lucros gerados nas reformas interiores e na expansão da cidade. Este processo nos conduziu a atualidade liberal-reformista e seus conceitos de infra-estruturas, residências, higiene e uso do solo.

Levou também as pressões políticas dos grandes proprietários de solo urbano na busca de investimentos públicos para a construção de autopistas e vias expressas para expandir a cidade. Estes investimentos fragmentam e

mudam o uso do solo de rural para urbano gerando aí, com o dinheiro público, rendas diferenciais que são apropriadas pelos proprietários privados da terra. Esta fragmentação propicia o surgir dos loteamentos.

Nos loteamentos esta terra é novamente fragmentada gerando pequenos proprietários urbanos, o que a princípio pode parecer um obstáculo para o interesse do desenvolvimento monopolista. Com relação a este tema observamos que a apropriação da renda territorial urbana se dirige cada vez mais a pequena e media burguesia beneficiada pela divisão da grande propriedade, mas também verificamos que esta apropriação e na maioria das vezes fictícia como veremos: Os pequenos e médios proprietários que adquirem parcelas em estes loteamentos urbanos em sua maioria pertencem a estratos sociais incluídos na economia formal, ou seja assalariados sem condições de comprar um lote e nele edificar, sem recorrer a um financiamento bancário. Isto faz com que estes proprietários suportem uma hipoteca pela qual vão pagar por quase toda a vida. Neste processo os grandes beneficiários finais da fragmentação do solo urbano São os bancos e os capitais monopolistas. Assim o monopólio dos bancos se funde com o monopólio da renda do solo, o monopólio dos transportes, o monopólio das comunicações, etc... aumentando cada vez mas os preços dos terrenos.

Nos finais dos anos sessenta a evolução urbana na cidade de Florianópolis começa com a exportação crescente da população mais pobre para o sul do centro urbano e para o continente, é este o começo da formação de áreas degradadas de baixa qualidade edificatória e ambiental e de um mercado de vivendas para grupos sociais economicamente marginalizados, ao passo que se implanta no centro urbano ao norte deste um espaço para atividades terciárias, residências de alto padrão e espaços de alta qualidade destinados ao lazer e ao consumo.

Neste contexto a Igreja/empresa ganha destacada participação como agente imobiliário. Esta participação chama mais a atenção por ser uma atividade intrinsecamente conectada com a evolução urbana. Assim destacamos a Igreja Católica e sua participação na expansão imobiliária que ganha força a partir dos anos setenta. Os efeitos práticos desta participação com características especulativas, podemos classificar em quatro tipos:

1) Na liberação de solo urbano: Sobre as propriedades da Igreja se abrem novas ruas, praças e outros espaços livres de edificações. Aí destacamos a necessidade de transformar a cidade antiga em uma cidade adequada às necessidades da burguesia.

Como exemplo apontamos a abertura, na década de setenta, da rua Arno Hoeschel e outras ruas transversais que a conectam a rua Esteves Junior gerando o loteamento conhecido como “Chácara do Bispo” sobre terras da Igreja Católica.

2) Nos aluguéis: As transformações sofridas pelas legislações, beneficia aos proprietários de imóveis, e conseqüentemente a Igreja Católica, tomando os alugueis um negócio de bons lucros. Como exemplo a Irmandade do Senhor dos Passos talvez o maior proprietário de imóveis em aluguel na década de setenta em Florianópolis, e a própria Cúria Metropolitana que alugava seu salão para o Cine Roxy.

3) Nas transformações de uso: As grandes propriedades agrícolas da Igreja Católica passam a formar parte da extensão da cidade, gerando grandes loteamentos. Como exemplo destacamos os loteamentos Jardim Santa Mônica e Jardim Anchieta na década de setenta e atualmente o Jardim Itália, todos na bacia do Itacorubi.

4) Na construção civil: A Igreja Católica em associação com bancos e construtoras passa a se dedicar a construção de edifícios residenciais, centros comerciais etc... A guisa de exemplo citamos o Centro Comercial ARS, o edifício Visconde de Ouro Preto, entre outras dezenas.

Tendo em conta o grande material que vamos encontrando a respeito do tema seguimos com a investigação tentando demonstrar a participação da Igreja Católica na organização da vida urbana da ilha de Santa Catarina, desde a configuração dos primeiros núcleos até a situação atual, que é o produto de todas as épocas, das condicionantes históricas precedentes, e da atuação dos agentes do processo de evolução urbana.

Bibliografia

- BUESCU, M. (1968). *Exercícios de história Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, APEC.
- BUNGE, M. (1985). *La investigación científica*. Ariel.
- CASTELLS, M. (1973). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona. GG.
- GARCÍA ESCALONA, E. (1998) Espacio Central y actividade comercial. *Disfribuyción y Consumo*.
- GOYCOLEA PRADO, R. (1998) Nuevos espacios de consumo y exclusión social. *Anales de Geografía Humana da Universidade Complutense*.
- PIAZZA, W. (1979) *A Igreja em Santa Catarina - Notas para sua história*. IOESC.
- REIS FILHO, N. G. (1968) *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo. USP.
- SANTOS, M. (1994) Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Homenaje a José Estebanez Alvarez*. Madrid Complutense.
- SERPA, E. (1997) *Igreja e poder em Santa Catarina*. Fpolis. UIFSC.
- SOJA, E. (1989). *Posmodern geographies*. Londres. Verso.
- SOUZA, MARIAADELIA A. (1994). *Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação*. Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo. Hucitec.
- WEBER, M. (1991) *Economia e sociedade*. Brasília. UNB.